



Índice

- 01** Caso Tenharim: O sonho do pajé, a conta de luz ou a galinha?, por Alceu Castilho
- 02** Advogados do caso Tenharim divergem entre si sobre provas da PF
- 03** Lentidão na titulação de terras: quilombos não são prioridade no governo federal
- 04** Beth Begonha entrevista Ricardo Albuquerque: Tenharim negam envolvimento no desaparecimento de não índios
- 05** UFSCar divulga os aprovados em vestibular de candidatos indígenas
- 06** Indígenas apreendem caçadores com mais de 25 quilos de carne de caça, 8 espingardas e 26 jabutis
- 07** André põe equipe de governo à disposição de Ministério para fim de conflitos
- 08** A Voz do Brasil: Operação desintrusão terra indígena Awá-Guajá
- 09** Morte de indígena é reflexo da demora na demarcação de terras em MS
- 10** Produtores e governo federal buscam acordo para indenização das terras de Buriti (MS)
- 11** Joênia Wapixana é a primeira mulher indígena formada em direito
- 12** Verba irá auxiliar o fortalecimento de indígenas em Redentora
- 13** Conclusão das obras do programa MS Forte 2 será prioridade em 2014, diz governador



- 14 Reforma incompleta deixa escola indígena sem porta, janela e teto
- 15 O abandono da educação indígena em Alagoas
- 16 Puccinelli quer teminar Aquário em 2014 e deixa questão indígena fora das prioridades
- 17 Legistas da PF participam de perícia no IML de Porto Velho
- 18 Advogado de Humaitá anuncia cobrança judicial contra a Força Nacional
- 19 Secretária de Educação se reúne com a Funai e Procuradoria da República
- 20 Justiça estadual pode julgar índio que vive em cidade
- 21 Sinais de Chegadas relata traslado de índios de Mato Grosso ao Parque do Xingu
- 22 Índios protestam contra Belo Monte e ocupam prédio da Norte Energia
- 23 Índios ameaçam capturar reféns em represália a prisão de cinco acusados
- 24 Índios bloqueiam BR-174 por mais de 8h
- 25 Depoimentos de índios presos levaram PF à localização dos corpos.
- 26 TJ-MT nega desclassificação de homicídio para índio que espancou esposa até a morte
- 27 Índios mantêm ocupação e impedem entrada de funcionários da SEE
- 28 Compra de derivados de castanha pela CONAB beneficia 120 famílias das etnias Kayabi, Apiacá e Munduruku
- 29 PF localiza 3 corpos que podem ser de desaparecidos em reserva no AM
- 30 MPF-AM recomenda que Unir receba alunos indígenas de Humaitá



Boletim de Notícias - Edição nº 21./ 2014

Brasília, 04 de fevereiro de 2014.

31 [Sede da CPT regional no Amazonas é invadida](#)



Caso Tenharim: O sonho do pajé, a conta de luz ou a galinha?, por Alceu Castilho
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.02.2014

No momento em que cinco Tenharim estão presos em Porto Velho (em condições degradantes), suspeitos de ter matado três pessoas na Rodovia Transamazônica, no sul do Amazonas, vale refletir um pouco sobre um aspecto fundamental na investigação de qualquer crime: os motivos.

Em entrevista ao Amazônia Real, o advogado dos familiares – também advogado de madeireiros – diz o seguinte:

- Tem no inquérito a questão levantada por um pajé de outra etnia. Ele sonhou que foi um carro preto que atropelou o cacique Ivan Tenharim. Os filhos do Ivan Tenharim participaram diretamente da cena do crime. Consta no inquérito também uma insatisfação dos índios com o técnico da Eletrobrás, o Aldeney Salvador. Ele vinha cobrando a conta de energia aos índios, que pagavam a conta da energia. Os índios tinham alguma reserva contra esse rapaz, o Aldeney. Os índios o conheciam muito bem, chegaram a jogar bola com ele em algumas ocasiões.

Então vamos lá. De volta a história do pajé. Como não tem pajé entre os Tenharim, agora decidiram que o pajé é de outra etnia.

Mas raciocinemos. Você é um Tenharim. Seus parentes arrecadam (segundo seus detratores) R\$ 35 mil por mês de pedágio na Transamazônica. Morre um cacique. Um pajé de outra etnia diz que sonhou com um carro preto. Treze dias após o cacique morrer, você para um carro preto e degola o motorista e atira nos dois passageiros. (O povo de Humaitá e região se revolta, e o seu povo fica sem o pedágio.)

Mas não. Não foi por isso. Não foi por causa do sonho. Diz o próprio advogado que os índios tinham alguma reserva contra o motorista. Porque ele cobrava a conta de energia dos índios. (Francamente: o gerente da Eletrobrás é quem cobrava a conta?) Jogavam bola com ele. Um dia, ele passa com o carro e é degolado. Está com duas pessoas e...

Claro. Temos de aguardar as investigações da Polícia Federal. Mas que elas sejam sérias. Pois as duas versões, isoladamente, são implausíveis. A julgar pelo que o advogado diz, na linha do discurso racista consagrado na região, ora os indígenas são espertalhões frios e calculistas, ora são panacas completos. E impulsivos.

Mas é pior que isso: juntas, essas duas versões são absolutamente incompatíveis. Esse conjunto eletro-onírico desafia as leis elementares da lógica. Ou uma coisa ou outra, pois não?

Um sonho de um pajé (de outra etnia) mais a vontade de não pagar conta de luz... o cara que cobraria a conta de luz passa no carro preto imaginado pelo pajé... e, claro, você vai lá e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 21./ 2014

Brasília, 04 de fevereiro de 2014.

destrói a suposta galinha dos ovos de ouro: a grana do pedágio.

Decidam-se! Os Tenharim matariam (ou mataram) os três desaparecidos por quais motivos? (Polícia Federal, Ministério Público, juízes, respondam.)

Mas decidam sem subestimar a nossa inteligência.

Advogados do caso Tenharim divergem entre si sobre provas da PF
SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 03.02.2014



Lideranças observam a moto do cacique Ivan Tenharim (Foto: Gabriel Ivan)

As informações divulgadas até o momento pela Polícia Federal ainda não foram suficientes para esclarecer as acusações contra os cinco índios da etnia tenharim presos por suposto envolvimento nas mortes de três homens, em dezembro, na terra indígena Tenharim Marmelos, na rodovia Transamazônica no sul do Amazonas.

Ao portal Amazônia Real, a Polícia Federal disse que muitas perguntas não serão respondidas por uma questão de segurança. O inquérito policial foi prorrogado por mais 30 dias por decisão do juiz Marcio André Lopes Cavalcante, da 2ª. Vara Federal do Amazonas.

Em entrevista exclusiva sobre o caso, o de maior repercussão na história recente da Amazônia, os advogados das famílias dos mortos, Carlos Evaldo Terrinha Almeida de Souza, e do povo tenharim, Ricardo Tavares Albuquerque, divergem sobre as provas apresentadas pela Polícia Federal, mas apresentam fatos desconhecidos da imprensa.

Estão presos temporariamente desde sexta-feira (30) no presídio Pandinha, em Porto Velho (RO), Gilvan e Gilson Tenharim, filhos do cacique da aldeia Campinho Ivan Tenharim, que morreu no dia 03 de dezembro, o cacique da aldeia Taboca, Domiceno Tenharim, o professor municipal Valdinar Tenharim e o agente de saúde federal Simeão Tenharim, ambos da aldeia Marmelos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 21./ 2014

Brasília, 04 de fevereiro de 2014.

Leia abaixo a entrevista com o delegado da sucursal da OAB (Ordem de Advogados do Brasil) em Humaitá (AM), Carlos Evaldo Terrinha Almeida de Souza, 62, que é o advogado das famílias dos três mortos: o professor municipal Stef Pinheiro, 43, do comerciante, o comerciante Luciano Freire, 30, e o técnico Aldeney Salvador, 40, da empresa Eletrobrás Amazonas Energia.

Lentidão na titulação de terras: quilombos não são prioridade no governo federal
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.02.2014



Comunidade quilombola de Nova Esperança de Concórdia, no Pará. Foto: Verena Glass

Entre os sintomas da letargia estatal está a ausência de estrutura necessária para que o Incra possa fazer frente à demanda, deficiência que se deve apenas a uma decisão política

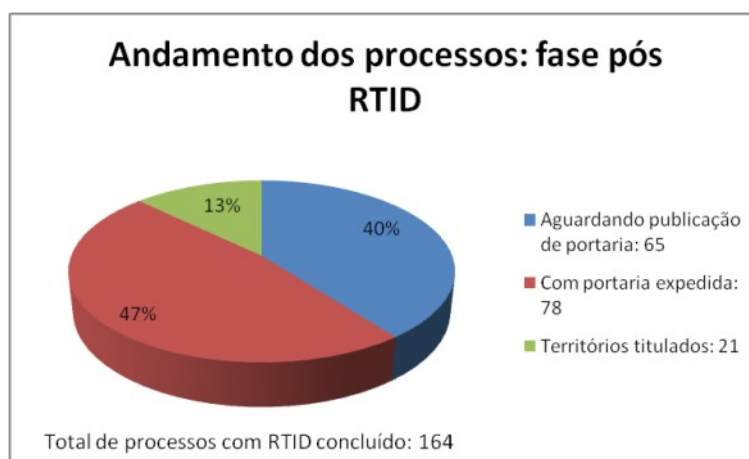
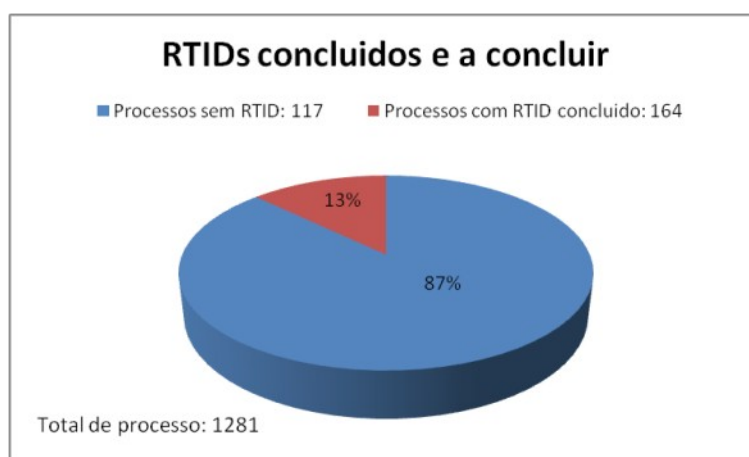
Por Fernando G. V. Prioste* – Repórter Brasil

A abolição formal e inconclusa advinda com a Lei Áurea, pelo contexto e forma com que se deu, não teve como objetivo enfrentar os efeitos nefastos de uma sociedade que se construiu com base em quase quatro séculos de escravidão negra. Após 1888 o Estado brasileiro, última nação americana a abolir oficialmente o regime da escravidão, optou por políticas que reforçaram a opressão física, social, política, cultural e econômica da população negra.

A política de Estado para o “branqueamento” da população brasileira, baseada na ideia racista da superioridade branca, pressupunha que o desenvolvimento da nação se daria à medida que a população se tornasse branca. Exponentes da intelectualidade como o abolicionista Joaquim Nabuco, o escritor Euclides da Cunha, o jurista Clóvis Beviláqua e o escritor Monteiro Lobato, entre outros, contribuíram para disseminar essa ideologia racista na mentalidade nacional. Houve desdobramentos jurídicos dessa política, como o Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, que condicionava a entrada de imigrantes asiáticos e africanos à autorização especial do Congresso Nacional, em detrimento da livre entrada de outras etnias, principalmente as de origem europeia. O Decreto-lei nº 7.967/1945, revogado apenas em 1980, dispunha que a política de imigração deveria atender “a necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia”.

CONT.

As políticas estatais racistas que aprofundaram a opressão à população negra após a abolição da escravidão só tiveram fim, no plano formal, com a Constituição Federal de 1988. Na abstração da lei afirmou-se que o Estado brasileiro tem por fundamento a construção de uma sociedade livre, justa e solidária que promova o bem de todos, sem preconceitos de origem e raça, afirmando expressamente o repúdio ao racismo. Foi apenas com a Constituição de 1988 que se reconheceu na lei a necessidade de valorizar e fomentar as culturas afrobrasileira e indígena, concedendo a esses dois segmentos étnicos da população brasileira o direito à terra, fundamental para a garantia de reprodução física, social e cultural desses povos.



Apesar dessa importante mudança no plano formal, vitória política do movimento negro brasileiro, a realidade mostra que o racismo ainda prevalece na sociedade e nas instituições públicas, impedindo que direitos fundamentais, como o acesso à terra para as comunidades quilombolas, se realizem passados mais de 25 anos de vigência da Constituição.

Letargia estatal

CONT.



A demanda por uma política pública de reconhecimento de direitos territoriais para as comunidades quilombolas é tão antiga quanto a própria escravidão. André Rebouças (1838-1898), engenheiro negro e abolicionista, foi um dos maiores defensores da realização de uma reforma agrária que viabilizasse acesso à terra para a população negra após a abolição da escravidão. Se a causa é legítima e defendida há séculos, foi apenas com o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 que o ordenamento jurídico brasileiro reconheceu esse direito oficialmente. Contudo, o reconhecimento oficial e abstrato da lei não se confirmou na realidade e as comunidades quilombolas continuam a enfrentar muitos obstáculos para ter garantido o direito constitucional.

Os dados da Fundação Cultural Palmares atualizados até 25 de outubro de 2013 indicam que existem 2.408 comunidades quilombolas oficialmente reconhecidas pela instituição e que outras 287 aguardam a emissão do certificado de reconhecimento, totalizando 2.695 comunidades quilombolas que, em conformidade com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, reconhecem e manifestam suas identidades étnicas coletivas. Muitas dessas comunidades pleiteiam junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a titulação dos seus territórios.

Contudo, o Estado não dá uma resposta adequada à demanda. Atualmente o Incra conta com 1.281 processos administrativos de titulação de territórios quilombolas abertos, mas apenas 164 processos superaram a primeira fase, com a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), composto por estudos técnicos e científicos que dão guarida à caracterização espacial, econômica, ambiental e sociocultural das terras ocupadas pelos quilombolas. É o primeiro documento a ser produzido nos processos de titulação, que só se finaliza com o julgamento das contestações eventualmente apresentadas.

O andamento dos processos após a fase de elaboração do RTID também não é promissor. Dos 164 processos com RTID finalizado, 78 tiveram a portaria de reconhecimento – instrumento que finaliza a fase de estudos e abre a fase de desapropriação para titulação dos territórios – expedida pelo Incra. E apenas 21 territórios foram efetivamente titulados. Assim, os dados mostram o que o Incra, em mais de dez anos de vigência do Decreto federal 4887/03, deu conta de responder, no que diz respeito à efetiva titulação dos territórios, a apenas 1,64% da demanda.

Quando analisados comparativamente os ritmos de conclusão de RTIDs, de expedição de portarias e de territórios titulados percebe-se uma acentuada queda, principalmente quanto aos RTIDs e portarias de reconhecimento, a partir de 2010. A queda no ritmo de trabalho do Incra, desacompanhada de qualquer justificativa técnica e justamente quando a política parece tomar algum fôlego positivo, evidencia o recuo político do governo federal na titulação dos territórios, cedendo às pressões de ruralistas, mineradoras e de setores do próprio governo, como a Marinha e o Exército, que têm disputas com quilombolas em Alcântara (MA), Marambaia (RJ) e Salvador (BA).

O cenário de atuação pífia do Estado brasileiro para a efetivação do direito à terra das comunidades quilombolas obriga uma reflexão sobre as causas dessa inconstitucional letargia

CONT.



que viola, entre outros direitos, o da garantia da duração razoável do processo, prevista no art. 5º da Constituição. Entre os principais sintomas da letargia estatal está a ausência de estrutura necessária para que o Incra possa fazer frente à demanda. Mas isso é apenas sintoma de uma decisão política do governo federal.

Os problemas estruturais do Incra para dar cabo da política de titulação vão da falta de funcionários (antropólogos, técnicos agrícolas, agrimensores etc.), passam pela ausência de recursos e estrutura para a realização de atividades (diárias para trabalhos em campo, veículos, motoristas) e chegam à excessiva burocratização do procedimento previsto na Instrução Normativa nº 57, norma que rege o trabalho do Incra na matéria. Ingerências políticas da presidência do órgão, alterando o fluxo de andamento dos procedimentos administrativos (Memo circular 37/DF/INCRA, de 28/12/2012 e Mem. 01/2013-P/Circular de 03 de janeiro de 2013), sem qualquer justificativa técnica ou consulta às comunidades, são outros elementos que corroboram para a fraca atuação.

Os resultados obtidos pela autarquia nos últimos anos, ainda que muito modestos, são frutos do árduo trabalho de seus servidores públicos e de órgãos como a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), que estão realmente comprometidos com a efetivação de direitos e que ousam enfrentar a deliberada política de paralisia adotada pela presidência do Incra. Esses resultados, por óbvio, também são conquistas obtidas pelo movimento social quilombola, em especial pela atuação e fortalecimento da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Frise-se que as disputas políticas e as ameaças vindas do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não foram capazes, nos últimos dez anos, de impor qualquer medida concreta que justificasse os péssimos resultados.

Tramitam no Congresso Nacional diversos projetos de lei que atacam diretamente os direitos dos quilombolas. Uma das principais ameaças é o Projeto de Emenda Constitucional 215, que pretende transferir do Poder Executivo para o Legislativo a competência para decidir sobre a titulação das áreas. Contudo, a PEC 215 e outros projetos de lei não têm, até o presente momento, capacidade alguma de interferir no trabalho do Incra. O grande desafio político de combater esses possíveis retrocessos legislativos, no que diz respeito ao governo federal, deveria ter como principal ação a aceleração dos processos de titulação.

Também não é possível afirmar que o Poder Judiciário esteja criando grandes problemas para a continuidade do trabalho do órgão. Ainda que a Ação Direta de Inconstitucionalidade 3239, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), seja uma grave ameaça ao Decreto federal 4887/03, não há nenhuma determinação do STF que impeça o Incra de realizar seu trabalho. Em que pese existam algumas poucas ações judiciais que em casos específicos tenham determinado a paralisação dos trabalhos, importantes decisões de tribunais têm respaldado sua atuação, determinado celeridade nos processos administrativos e ratificado a constitucionalidade do Decreto Federal 4887/03.

Em 2010 o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em decisão que teve como voto condutor a posição adotada pelo hoje ministro do STF Luiz Fux, refutou ação de reintegração de posse da Marinha brasileira contra um quilombola residente na ilha da Marambaia, localizada no Rio de Janeiro (Recurso Especial nº 931060). Nesse precedente o STJ adotou postura que reforça a

CONT.



constitucionalidade do Decreto Federal 4887/03. Em dezembro de 2013 a Corte Especial do Tribunal Regional Federal da 4ª Região afirmou a constitucionalidade do decreto por 12 votos a 3, confirmando a interpretação de que o art. 68 do ADCT da Constituição encerra um direito humano autoaplicável (Autos da Arguição de Inconstitucionalidade nº 5005067-52.2013.404.0000). A Adin 3239 e outras ações judiciais são graves ameaças aos direitos territoriais das comunidades quilombolas, mas até o momento não tiveram impacto significativo para justificar a pouca eficiência do Incra.

As dificuldades para a efetivação da política pública estão atreladas às decisões políticas que o governo federal tem tomado sobre a questão. Ao que tudo indica a omissão ilegal do Estado está atrelada a uma leitura política que não admite que os quilombolas sejam importantes sujeitos da transformação e do crescimento econômico, social e político do Brasil. Se por um lado a política de titulação dos territórios é ineficiente, por outro as políticas de Estado para o agronegócio, a mineração, os grandes projetos como Belo Monte e os grandes eventos como a Copa do Mundo andam a passos largos.

Expoentes da luta contra os direitos das comunidades quilombolas, como a senadora Kátia Abreu (PMDB/TO), de grande trânsito no governo federal, são contumazes em afirmar impropérios para defender seus interesses econômicos e políticos contra a realização de direitos constitucionais dos quilombolas. De forma irresponsável e consciente a senadora afirma que "basta eu me juntar a cinco pessoas, dizermos que somos remanescentes de quilombos e definirmos a área que queremos e a Fundação Palmares (ligada ao Ministério da Cultura) nos dá o reconhecimento definitivo e encaminha o processo ao Incra". Qualquer pessoa minimamente comprometida com a realidade sabe que o processo de autoidentificação e de titulação das terras quilombolas está muito longe de ser o que afirma a senadora. Se assim o fosse as 2.408 comunidades quilombolas brasileiras já teriam suas áreas tituladas.

Argumentando defender uma suposta segurança jurídica e o direito de propriedade, o que a senadora faz é a defesa da concentração fundiária e da exclusão de negros e índios do acesso à terra que lhes garante a reprodução física, social e cultural. Ademais, não custa lembrar que o Brasil é o segundo país do mundo em concentração fundiária, pois segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1% dos proprietários rurais controla 45% de todas as terras cultiváveis da nação, ao passo que 37% dos proprietários rurais possuem apenas 1% da mesma área. Se país rico é país sem miséria, não se pode buscar erradicar a pobreza extrema sem perseguir a desconcentração fundiária. Nunca na história deste país se pôde observar a estruturação de uma política pública séria de democratização do acesso à terra, seja na política de reforma agrária ou nas políticas de efetivação de direitos territoriais dos povos tradicionais e indígenas. Coube historicamente aos movimentos sociais o papel de lutar por esse direito. Nesse sentido, caberá à sociedade brasileira impor ao Estado uma mudança de postura política no enfrentamento da questão agrária.

Se no passado os ruralistas se opunham à abolição da escravidão e reivindicavam uma indenização casos os negros escravizados fossem libertos, hoje, com a roupagem moderna do agronegócio, se opõem à luta centenária dos herdeiros políticos do abolicionismo protagonizado pelo negro na conquista da terra. Hoje soa como absurdo defender a posição

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 21./ 2014

Brasília, 04 de fevereiro de 2014.

dos escravocratas do fim do século 19, assim como ao final do século 21 soar, quero acreditar, um absurdo a posição da senadora Kátia Abreu.

*Fernando Prioste é advogado popular e coordenador da Terra de Direitos

Beth Begonha entrevista Ricardo Albuquerque: Tenharim negam envolvimento no desaparecimento de não índios

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.02.2014



Índios Tenharim na BR 230, a Transamazônica, que corta a Terra Indígena. Foto: Acervo Funai

Advogado teme pela segurança dos Tenharim detidos e afirma que entrará com pedido de habeas corpus

Por Beth Begonha

O advogado dos Tenharim, Ricardo Albuquerque, acompanhou a prisão temporária de cinco membros da etnia pela Polícia Federal como suspeitos de homicídio de três pessoas, que desapareceram ao cruzar a estrada que atravessa a Terra Indígena. Em entrevista ao Amazônia Brasileira, nesta segunda-feira (3), o advogado afirma que vai entrar com pedido de transferência dos índios para Manaus (AM), onde fica a Terra dos Tenharim. Os acusados estão no presídio Pandinha, em Porto Velho (RO).

Segundo Ricardo Albuquerque, a prisão se deu, sobretudo, baseada em testemunhos vagos, que, de acordo com ele, mereciam investigação antes de serem considerados suficientemente relevantes para levar à prisão preventiva das cinco pessoas acusadas.

Em nota, a Polícia Federal afirma que "na investigação, foram ouvidas diversas testemunhas,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 21./ 2014

Brasília, 04 de fevereiro de 2014.

entre indígenas e não-indígenas, realizada perícia técnica nas peças encontradas, além da utilização de cães farejadores para localização de cadáveres e equipamentos modernos de rastreamento de peças metálicas escondidas". Até o momento, nenhum corpo foi encontrado.

O advogado ressalta que os índios negam veementemente qualquer envolvimento no desaparecimento dessas pessoas e que eles não querem conflito e não tencionam fazer nenhum tipo de represália contra os não indígenas da região.

Acompanhe a entrevista. O programa Amazônia Brasileira vai ao ar de segunda a sexta-feira, a partir das 8h, na Rádio Nacional da Amazônia. A apresentação é de Beth Begonha. Você pode ouvir o programa AQUI(<http://radios.ebc.com.br/nacionalamazonia>) pelo Site das Rádios EBC.



UFSCar divulga os aprovados em vestibular de candidatos indígenas

SÍTIO G1, 03.02.2014

*A matrícula deverá ser feita no dia 14 de fevereiro, das 14h às 16h.
Ao todo, a universidade convocou 28 candidatos em três campi.*

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) divulgou nesta segunda-feira (3) o resultado do processo seletivo para ingresso de estudantes indígenas nos cursos de graduação presenciais. Ao todo, foram convocados para matrícula 28 candidatos, sendo 22 para cursos do campus São Carlos, três para cursos do campus Araras e outros três candidatos para cursos do Campus Sorocaba.

A matrícula deverá ser feita no dia 14 de fevereiro, das 14h às 16h, no campus do curso para o qual o candidato foi convocado. As orientações completas e a documentação exigida para matrícula devem ser consultadas no Manual do Candidato. Os candidatos que ficaram na Lista de Espera devem aguardar a divulgação da segunda chamada no dia 17 de fevereiro.

A reserva de vagas para estudantes indígenas é uma das metas do Programa de Ações Afirmativas da UFSCar, aprovado em 2007, pelo Conselho Universitário. Mais informações podem ser obtidas com a CoVest da UFSCar pelo telefone (16) 3351-8152 ou pelo site www.vestibular.ufscar.br.



Indígenas apreendem caçadores com mais de 25 quilos de carne de caça, 8 espingardas e 26 jabutis

SÍTIO ECOS DA NOTÍCIA, 03.02.2014

A detenção de dois caçadores e apreensão de oito armas de fogo (espingardas) 10 quilos de carne de animais silvestres, 16 quilos de carne de jacaré, além da apreensão de 26 jabutis vivos foi realizada por indígenas da Aldeia Nova Olinda, no alto rio Envira do município de Feijó localizado a cerca de 400 quilômetros de Rio Branco.

De acordo com indígena Antônio de Carvalho Kaxinawá, (Bané Huni Hui), a apreensão aconteceu durante uma fiscalização de rotina no Igarapé Preto, realizada por Agentes Agroflorestais voluntários da Aldeia Nova Olinda localizada no alto rio Envira fronteira com o Peru.

Segundo Bane Huni Hui agentes agroflorestais e alunos do curso de formação de agentes agroflorestais voluntários realizavam a fiscalização de rotina quando se depararam com uma embarcação trafegando no Igarapé.

Durante abordagem a Manoel Joaquim Gomes, mais conhecido pelo apelido de Manoel do Abreu e outro caçador não identificado que transportavam em duas canoas 26 jabutis, 10 quilos de carne de animais silvestres, 16 quilos de carne de jacaré e oito armas de fogo (espingardas).



Indígena Bané Huni Hui é agente agroflorestal voluntário e percorre as terras indígenas da Aldeia Nova Olinda fiscalizando em busca de invasores.

Segundo Bané Huni Hui a carne foi distribuída na Aldeia Nova Olinda e os animais (jabutis) soltos novamente na natureza.

Os dois caçadores, as armas e as canoas com os motores foram levados para a cidade de Feijó onde foram entregues na sede do Ibama para as devidas providências.

Para o agente agroflorestal voluntário, esse trabalho de fiscalização objetiva diminuir o impacto ambiental de retirada descontrolada da caça e da pesca em terras indígenas. "É o meio legal de garantimos a alimentação de nosso povo e não permitir a exploração descontrolada

de pessoas que comercializam a caça e pesca retirada de terras indígenas" afirmou Bané Huni Hui.



André põe equipe de governo à disposição de Ministério para fim de conflitos
SÍTIO NOTICIADADE, 03.02.2014

Com as conversas sendo encaminhadas para um desfecho, a questão fundiária entre indígenas e produtores rurais continua indefinida em 2014. No entanto, o governador André Puccinelli (PMDB) acredita que a situação seja resolvida neste ano.

Na última semana, André se reuniu com representantes do Ministério da Justiça empenhados em resolver o problema. Porém uma divergência de valores apresentados em documentos fez com que o processo parasse mais uma vez.

“Houve distorções nos números apresentados na última reunião”, disse o governador sem especificar quais diferenças foram essas. Acredita-se que os valores propostos pelo Ministério aos produtores seja menor do que o acordado em encontros anteriores.

Diante da situação, Puccinelli colocou a equipe do governo à disposição do Governo Federal, dos indígenas e também dos produtores rurais. Segundo ele, a expectativa é que as intermináveis negociações e os conflitos acabem este ano, o último do mandato de André.

Ainda sobre os valores das terras, o governador ressaltou que os produtores rurais poderão apresentar recursos, caso não julguem justos os valores apresentados pelo Governo Federal.

Campo Grande News



A Voz do Brasil: Operação desintrusão terra indígena Awá-Guajá
SÍTIO SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 03.02.2014

Coordenador-Geral de Movimentos do Campo e Territórios da Secretaria-Geral da Presidência da República, Nilton Tubino, fala sobre a primeira fase do processo de desintrusão da retirada de não-índios da Terra Indígena Awa-Guajá, no Maranhão.

Programa do dia 30.01.2014: Ouvir (<http://conteudo.ebcservicos.com.br/programas/a-voz-do-brasil/arquivos/ouvir?prog=30-01-2014-voz-do-brasil.mp3>) | Download(<http://conteudo.ebcservicos.com.br/programas/a-voz-do-brasil/arquivos/30-01-2014-voz-do-brasil.mp3>)

Luciano: Terminou a primeira fase do processo de desintrusão da retirada de não-índios da Terra Indígena Awa-Guajá, no Maranhão.

Kátia: O trabalho, que começou no dia 3 de janeiro, quando o Exército montou uma base em São João do Caru, cumpre decisão da Justiça Federal.

Luciano: As famílias que já foram notificadas e cadastradas vão ser atendidas pelos programas sociais do governo.

Kátia: Assunto da entrevista que o jornalista João Mendes fez, hoje, com o coordenador-geral de Movimentos do Campo e Territórios da Secretaria-Geral da Presidência da República, Nilton Tubino.

Repórter João Mendes: O que foi feito nessa primeira etapa lá no processo de retirada de não-índios lá das Terras Indígenas algo Awa-Guajá, no Maranhão?

Coordenador-Geral de Movimentos do Campo e Territórios da Secretaria-Geral da Presidência da República - Nilton Tubino: Na segunda-feira foi concluída a primeira fase, que foi a fase de notificações, né? As equipes de oficiais de justiça que trabalharam na região, foram em quatro, passaram 11 dias, que foi o período, e percorreram toda a terra indígena, aonde foram notificados os ocupantes não-índios, que chegou ao número de 427 unidades familiares, né? Então essa parte da primeira fase foi concluída na segunda segunda-feira. É importante que com a notificação, a partir da notificação, essa pessoa pode procurar o Incra para se cadastrar, para entrar no Programa Nacional de Reforma Agrária, para ele ser avaliado, haver a seleção para ele poder ser assentado em outra área. O que nos preocupa um pouco é que até a data de ontem o número de adesão em relação ao número de notificações ainda era baixo. Havia 165 cadastros feitos com o Incra.

Repórter João Mendes: As famílias que foram notificadas precisam fazer um cadastro?

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 21./ 2014

Brasília, 04 de fevereiro de 2014.

Coordenador-Geral de Movimentos do Campo e Territórios da Secretaria#Geral da Presidência da República - Nilton Tubino: As famílias que foram notificadas, para elas poderem ser assentadas pelo Incra, que significa terem uma outra área para poderem retomar a sua produção, eles têm que se cadastrar no Incra. O primeiro documento fundamental é a notificação. Ele vai ser cadastrado no Incra e o Incra está avaliando áreas na região para criar assentamento para atender a essa população. Como tem uma baixa até agora, uma baixa adesão, isso pode no decorrer do prazo, que o juiz ontem reiterou de novo que as famílias que foram notificadas têm 40 dias, a partir da notificação, para a desocupação voluntária da área, e também determinou que o cadastro do Incra ficará aberto para essas famílias até o dia 7 de fevereiro. Depois dessa data, o Incra não vai cadastrar mais ninguém. Então é importante essas datas para as famílias, aquelas que ouvem a Voz do Brasil, poderem procurar o Incra. A gente tem unidades que estão percorrendo os povoados. Hoje estamos num povoado mais ao norte da terra indígena, Vitória da Conquista, e vai fazer os outros povoados aonde a gente não teve uma adesão muito grande no cadastramento.

Repórter João Mendes: Quais são os próximos passos aí nesse processo de retirada de não#índios lá da terra indígena?

Coordenador#Geral de Movimentos do Campo e Territórios da Secretaria#Geral da Presidência da República - Nilton Tubino: Durante esse período até correr o tempo dos 40 dias, esse tempo começa para retirar, vai ser a partir de 23 de fevereiro. Até lá, órgãos de governo que estão na região vão esclarecer, vão ver o que é que há de necessidade. Através da Funai, há os instrumentos de apoio para aqueles que querem sair não para um assentamento, mas que tem outro local para ir. Então a gente está fazendo um esforço e a partir do dia 23 de fevereiro a gente tem a condição de começar a remover essas famílias, primeiro, ou para uma área já determinada pelo Incra ou até para áreas que as pessoas queiram ir sem a necessidade de ser assentada. A gente tem uma reunião de novo com o juiz no dia 13 de fevereiro para fazer um balanço, já teria terminado o cadastro do Incra, para a gente ver realmente o número de família que se cadastrou, o Incra já teria o perfil dessas famílias, e aí o juiz vai também tomar a decisão dos próximos passos.

Repórter João Mendes: Nilton Tubino, coordenador geral de Movimentos do Campo e Territórios da Secretaria Geral da Presidência da República, muito obrigado pela entrevista à Voz do Brasil.

Coordenador#Geral de Movimentos do Campo e Territórios da Secretaria#Geral da Presidência da República - Nilton Tubino: Eu agradeço.



Morte de indígena é reflexo da demora na demarcação de terras em MS

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 04.02.2014

Jovem de 26 anos vivia em acampamento na beira da BR 463 e foi atropelado por dois ônibus.

A morte de Sidney Cario de Souza, de 26 anos, na última terça (28), é consequência direta de um drama comum aos 70 mil índios de Mato Grosso do Sul: a demora na demarcação dos territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas e o quadro de violência e miséria decorrente desta situação. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha estipulado prazo de cinco anos para que a demarcação ocorresse, até hoje a maioria dos índios do estado vive em acampamentos na beira de estradas ou dividindo pequenas reservas, que não comportam atividades econômicas nem permitem a manutenção de sua cultura.

Em novembro de 2007, o Ministério Público Federal (MPF) assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Fundação Nacional do Índio (Funai), estabelecendo o prazo de junho de 2009 para a publicação dos estudos antropológicos que definiriam quais as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas em Mato Grosso do Sul. A partir de então, iniciou-se uma batalha judicial para impedir os estudos e posterior demarcação.

Sem ter para onde ir, milhares de indígenas de diversas etnias transformaram a beira de rodovias em moradia permanente, com todos os riscos inerentes a esta situação. Sobrevivem apenas com a cesta básica da Funai e seguem um roteiro de morte anunciada, quer pelos efeitos da precariedade das condições de vida, quer pela violência direta. Por trás da violação dos direitos humanos dos indígenas, está o conflito fundiário.

Atropelamento

É nesse contexto que ocorre a morte de Sidney. Ele foi atropelado por dois ônibus na BR 463, próximo ao acampamento em que vivia, na região do Curral do Arame, a 7 km de Dourados, cidade que fica no sul do estado, a 230 km de Campo Grande. Ele andava a pé pela estrada quando um primeiro ônibus o atingiu, jogando-o na pista. Um segundo ônibus, então, passou por cima dele, arrastando-o e dilacerando o corpo.

Ironicamente, Sidnei morreu do mesmo modo que seu pai, o líder Kaiowá Hilário Cário de Souza, atropelado em dezembro de 1999, nas terras reivindicadas pelo grupo indígena como Tekohá Jukeri'y, pertencentes atualmente à fazenda Serrano.

Expulsos das terras em que viviam em 1999, os indígenas montaram acampamento próximo dali, na BR 463, onde permanecem desde então. Houve duas tentativas de retomada da área, ambas frustradas, sempre com o retorno ao acampamento, no qual cerca de 60 famílias sobrevivem hoje em precárias condições. Não há água potável, nem qualquer fonte de alimento. Eles dependem unicamente das cestas básicas fornecidas pela Funai. O governo do estado não presta assistência a índios acampados.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 21./ 2014

Brasília, 04 de fevereiro de 2014.

Em setembro de 2009, a comunidade sofreu um ataque a tiros. Barracos foram queimados, dois indígenas saíram feridos, um deles com 62 anos, atingido por um tiro na perna. Os indígenas recorreram ao Ministério Público Federal, acusando a empresa Gaspem, que fazia a segurança da fazenda, pelo ataque. Inquérito aberto na Polícia Federal apura a autoria. (MPF)



Produtores e governo federal buscam acordo para indenização das terras de Buriti (MS)

SÍTIO RURAL BR, 04.02.2014

Proposta inicial do governo era de R\$ 78 milhões; produtores rurais pedem reajuste de 25% sobre esse valor

Depois de pedirem R\$ 150 milhões de indenização pelas fazendas localizadas na região da Terra Indígena Buriti, nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, em Mato Grosso do Sul, produtores tentam fechar uma nova negociação com o governo federal pelas terras reivindicadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que pretende aumentar a aldeia Buriti de 2 para 17 mil hectares. O presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), Francisco Maia, afirma que os produtores podem fechar um acordo caso a proposta do governo, no valor de R\$ 78 milhões, seja reajustada em 25%, para R\$ 97,5 milhões.

– A princípio, acho que já se chegou a um valor. Agora, é preciso fazer ajustes. Tem que ter um ajuste de uns 25% [sobre os R\$ 78 milhões] para melhorar. São 31 propriedades diferentes. A terra nua pode pagar como padrão. Já as benfeitorias são analisadas caso a caso – destaca Maia.

A disputa de terras gerou inúmeros conflitos na região durante o ano passado. A regularização agrária da 30 propriedades localizadas na área passaram por várias paralisações na Justiça desde 2011, quando a Funai reconheceu o território como tradicional indígena. Alguns fazendeiros, no entanto, ocupavam as fazendas há décadas e de forma regularizada, conseguindo recursos para anular a homologação das terras.

O presidente da Acrissul acredita que seja possível um acordo favorável às duas partes. Ele ressalta que as terras devem ser muito valorizadas devido à localização estratégica e à alta fertilidade.



Joênia Wapixana é a primeira mulher indígena formada em direito

SÍTIO PORTAL BRASIL, 03.02.2014

Joênia foi condecorada com a Ordem do Mérito Cultural e é a atual presidente da Comissão Nacional de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas

Joênia Batista de Carvalho prefere se apresentar como Joênia Wapixana. Ela usa o nome de sua etnia para referenciar suas raízes e identidade indígenas.

Joênia quebrou paradigmas também ao se tornar a primeira mulher brasileira de origem indígena formada em Direito.

Condecorada com a Ordem do Mérito Cultural e atual presidente da Comissão Nacional de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Joênia atua, ainda, no processo de demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. Para ela, seu protagonismo "representa a própria vida, a própria resistência".



Boletim de Notícias - Edição nº 21./ 2014

Brasília, 04 de fevereiro de 2014.

Verba irá auxiliar o fortalecimento de indígenas em Redentora

SÍTIO PROVÍNCIA FM, 03.02.2014

Aproveitando a passagem do secretário estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca, e Cooperativismo, Ivar Pavan, pela Região Celeiro, o prefeito Marcos Giacomini assinou o convênio de liberação de 107,9 mil reais oriundos do processo de Participação Popular e Cidadã, edição 2012-13. O recurso será aplicado no fortalecimento etnosustentável de comunidades indígenas existentes no município.

O mandatário redentorense ainda entregou ao secretário estadual, um ofício solicitando a cedência ou doação de um veículo para os trabalhos da pasta municipal de Desenvolvimento Rural. Esse pleito visa melhorar o atendimento aos agricultores familiares que produzem os alimentos fornecidos para a merenda escolar e cestas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).



Conclusão das obras do programa MS Forte 2 será prioridade em 2014, diz governador

SÍTIO AUXILIADORA FM, 04.02.2014

Campo Grande (MS) - Durante entrevista coletiva na abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa na manhã de hoje (3), o governador André Puccinelli informou que as prioridades para o ano de 2014 serão administrativas, com a conclusão de obras do programa de ações MS Forte 2.

"As prioridades são administrativas e terminaremos o ano de 2014 em parceria com a Assembleia Legislativa e o governo federal no intuito de cada vez mais propiciarmos ao Estado, com seus benefícios, a infraestrutura, logística, escolas, saúde, segurança, enfim, para que se tenha uma qualidade de vida segura do sul-mato-grossense", ressaltou Puccinelli.

André salientou que somente no setor de segurança pública, por exemplo, nos próximos meses, com a conclusão dos concursos públicos para as polícias civil e militar serão admitidos mais servidores. Em 2013, o Estado realizou concurso para a contratação de 1.261 agentes de segurança. As diversas ações para o desenvolvimento continuam, principalmente no setor da indústria. "As ações continuam, fazendo com que as empresas venham para Mato Grosso do Sul, sucessivamente, ano a ano para que tenhamos recordes de indústrias se instalando e gerando emprego".

André Puccinelli destacou como obras prioritárias do MS Forte 2 a construção das unidades da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) nas cidades de Dourados e Campo Grande. "Teremos também o vestibular que faremos para a faculdade de Medicina vinculada à UEMS. A segunda obra que destaco é a entrega do Centro de Estudos e Pesquisas da Ictiofauna Pantaneira [Aquário do Pantanal] com dezenas de universidades para fazer intercâmbio conosco", disse. Para início do curso de Medicina, a UEMS vai realizar vestibular este ano ofertando 40 vagas.

Conflitos agrários

Sobre os recentes conflitos agrários em Mato Grosso do Sul, Puccinelli espera que a questão seja resolvida neste ano e que possa servir de exemplo para o país. "É necessário resolver a questão indígena", ressaltou.

Ele informou que na semana passada conversou com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, dizendo à ele que agilizasse a questão. De acordo com Puccinelli as avaliações das propriedades foram feitas, mas têm algumas distorções. "Nos 30 dias que decorrerem da entrega das avaliações aos seus proprietários serão feitos vários recursos e nós voltamos a dizer que nos colocamos com todo o nosso staff à disposição tanto dos patrícios indígenas quanto dos proprietários das áreas conflitadas para que possamos mais celeremente resolver esta questão", disse.

Reforma incompleta deixa escola indígena sem porta, janela e teto

SÍTIO REPÓRTER ALAGOAS, 04.02.2014



Cinquenta e três alunos da escola estadual Miguel Celestino, na tribo Xukuru-Kariri, em Palmeira dos Índios, estudam, desde 1 de abril do ano passado, em um galpão improvisado na aldeia, em que as salas de aula são divididas por TNT (um tipo de papel comprado nas papelarias). A denúncia é dos índios que ocupam, desde a tarde desta segunda-feira (3) a Secretaria Estadual de Educação e Esportes, que funciona provisoriamente no Centro de Estudos Antônio Gomes de Barros (Ceagb), no bairro do Farol.

“Mandamos mais de 10 ofícios e nada de se resolver a situação”, explicou a diretora da escola, Luci Souza de Menezes.

Segundo o representante dos índios, Celso Celestino Xukuru-Kariri, a escola seria reformada pelo Governo. O prédio foi quebrado por uma construtora e as obras, abandonadas.

A escola está interditada desde 2003 no atual prédio, mas estava interditada. Mesmo assim, os índios continuaram a usar o local, temendo que os descendentes não pudessem continuar no programa de Educação Indígena, do Ministério da Educação.

Fotos obtidas pelo Repórter Alagoas mostram a situação do prédio, após o início da reforma, abandonada em seguida. A escola está sem portas e janelas e em algumas partes o teto é escorado por pedaços de madeira ou estruturas de ferro. Uma das salas de aula não tem telhas.

A Secretaria Estadual de Educação e Esportes não se pronunciou sobre o assunto.



O abandono da educação indígena em Alagoas

SÍTIO SETE SEGUNDOS, 04.02.2014

Enquanto o governo do Estado propagandeia uma Alagoas que só existe no imaginário de artistas como Eliezer Secom (perdoem o trocadilho!) e outros vendáveis/compráveis, existe uma Alagoas, na qual se vive realmente, que arrasta velhos e lastimáveis problemas.

Até algum tempo atrás, estive à frente da pasta da educação um mal educado, desbocado e tirano secretário, que comandou o início de reformas intermináveis, citando apenas uma desgraça de sua gestão.

Uma dessas deformadoras reformas atingiu a comunidade indígena da Aldeia Fazenda Canto, em Palmeira dos Índios, motivando a ação de ocupação do prédio da Secretaria de Estado da Educação (instalada no CEPA, em Maceió), realizada por 80 famílias Xukuru-Kariri que reivindicam uma solução para o impasse.

A ocupação pacífica começou por volta das 3 da tarde desta segunda-feira, 3 de fevereiro, e só tem previsão de terminar, segundo os índios, quando eles tiverem a confirmação do imediato retorno das obras da Escola Pajé Miguel Selestino.

Conforme Gecinaldo Xukuru-Kariri, uma das lideranças da comunidade, declarou ao portal de notícias G1, uma reunião com a Secretaria de Educação já não é mais suficiente. Eles querem propor um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para que os gestores se comprometam a concluir a obra.

De acordo com o Pajé Celso Selestino, as crianças têm aula em galpões improvisados de lona construídos pela própria comunidade. Para ilustrar as precárias condições de ensino na aldeia, os ocupantes fixaram na porta da Secretaria um cartaz com fotos do lugar e da solução encontrada para que as atividades escolares não paralisassem.

Com o fim de detalhar e esclarecer ao público as motivações dessa ocupação pacífica, a missionária Daniela Oliveira, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), elaborou a carta que transcrevemos, a seguir:

"O povo Xukuru-Kariri de Palmeira dos Índios ocupou hoje, 03 de fevereiro, por volta das 15 horas, o prédio da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas. A comunidade solicita o imediato retorno das obras de reforma da Escola Pajé Miguel Selestino, na aldeia Fazenda Canto.

No dia 1.º de abril de 2013, iniciaram uma obra de reforma no prédio em processo irregular, já que a empresa contratada não tinha licitação. A empresa derrubou praticamente toda a escola, deixando 169 alunos sem ter onde estudar. A comunidade então improvisou um barracão de taipa na área retomada chamada Fazenda Salgado, para que as crianças não ficassem sem aulas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 21./ 2014

Brasília, 04 de fevereiro de 2014.

Mesmo sem a infra-estrutura básica, as aulas aconteciam neste barracão. Só que, devido a um forte vento, o telhado do barracão caiu e novamente a comunidade foi obrigada a improvisar outro lugar para abrigar os estudantes da comunidade.

Com ajuda de amigos, os índios construíram outro barracão, este feito de alvenaria, no mesmo local, com dois banheiros e uma cozinha, e comportando quatro salas de aula com divisórias de TNT. Tornou-se, portanto, uma sala multisseriada. As crianças de ensino infantil assistem aula numa casa cedida por um morador da comunidade.

Os Povos Indígenas têm direito à Educação Diferenciada, mas o que é oferecido pelo Estado é uma Educação de péssima qualidade, pois os professores indígenas são contratados como monitores, com o vencimento de 1 (UM) salário mínimo, escolas em péssimas condições de funcionamento, e em algumas comunidades nem prédio escolar há: as aulas acontecem em casas cedidas por moradores da comunidade.

Os professores que estão em situação ilegal, uma vez que o último contrato foi de 2010, sendo prorrogado até hoje.

É devido a essa situação que o Povo Xukuru-Kariri, cansado de esperar por uma educação escolar diferenciada, hoje ocupa o prédio da Secretária de Educação do Estado, com o objetivo de pressionar e cobrar uma educação de qualidade. Para que suas crianças possam continuar na escola e não sejam obrigados a ter que estudar noutras escolas do município, onde segundo relatos dos pais, as crianças sofrem preconceito.

A diretora Luci, sendo pressionada pelos pais, só conseguiu a matrícula de 153 alunos para o ano letivo de 2014. Ela afirma: "Tive de garantir aos pais que a situação irá se resolver".

A direção da escola, juntamente com as lideranças, sempre cobraram o andamento das atividades, mas, como nada foi feito, decidiram ocupar o prédio da secretaria e reivindicam uma reunião com a Secretária de Educação do Estado, Procuradoria do Estado, Ministério Público Federal, Ministério do Trabalho, FUNAI, Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, Comissão dos Direitos Humanos.

Maceió, AL, 3 de fevereiro de 2014.

Por: Cosme Rogério



Puccinelli quer teminar Aquário em 2014 e deixa questão indígena fora das prioridades

SÍTIO COXIM AGORA, 04.02.2014

Durante a abertura dos trabalhos na manhã desta segunda-feira (3) na Assembleia Legislativa, o governador André Puccinelli (PMDB) discursou na tribuna e disse que durante este ano de 2014 o governo tem duas prioridades: a construção das unidades das UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) e da conclusão do Aquário do Pantanal.

O governador também frisou que também pretende resolver neste ano os conflitos indígenas em Mato Grosso do Sul.

Na Casa de Leis, Puccinelli disse sobre o Programa MS 2050 em que fará audiências públicas para ouvir os anseios da população sul-mato-grossense e organizar um planejamento em todas as áreas até 2050. O governador já tem um planejamento até 2030 e vai complementar mais 20 anos.

O governador também ressaltou que a próxima administração acrescenta para o desenvolvimento do Estado. "Que o próximo governo que assumir ajude a melhorar o desenvolvimento para termos um Estado que sonhamos, que é o mais bonito e uma das melhores federativas do país", ressaltou.

Ainda na Assembleia Legislativa, Puccinelli falou sobre a pavimentação de um conjunto de rodovias de Mato Grosso do Sul que soma 717 quilômetros inseridos no MS Forte 2.

De acordo com o governador as rodovias que receberão a pavimentação são: MS-165 que liga o distrito de Sanga Puitã a Coronel Sapucaia; MS-112 de Inocência a Cassilândia; MS-430 que vai de Rio Negro a São Gabriel do Oeste, MS-180 de Igatemi a Juti; MS-040 que liga Campo Grande a Santa Rita do Pardo; MS-320 do entroncamento da MS-316 em Chapadão do Sul até o entroncamento da MS-372 em Água Clara; MS-162 no distrito de Quebra Coco a Dois Irmãos do Buriti.

André Puccinelli ainda afirmou que no ano passado foram concluídas a pavimentação de 161 quilômetros com investimento de R\$ 200 milhões.

Legistas da PF participam de perícia no IML de Porto Velho
SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 04.02.2014



Desaparecimento provocou revolta da população contra os índios tenharim (Foto: Raolin Magalhães)

O Instituto Médico Legal da Polícia Civil de Rondônia informou que começa às 8h (10 h em Brasília) da manhã desta terça-feira (04) a perícia técnica nos três corpos encontrados pela Polícia Federal ontem na região da rodovia Transamazônica, no sul do Amazonas.

Dois médicos legistas da Polícia Federal integram a equipe de exames de necropsia e de DNA. Não há horário previsto para a divulgação da conclusão da perícia técnica, disse o IML.

Os exames de perícia irão confirmar se os corpos são dos três homens desaparecidos na reserva indígena Tenharim Marmelos desde o dia 16 de dezembro: o professor Stef Pinheiro de Souza, 43, o comerciante Luciano da Conceição Ferreira Freire, 30, e o técnico da Eletrobrás Amazonas Energia, Aldeney Ribeiro Salvador, 40.

O superintendente da PF de Rondônia, delegado Arcelino Damasceno, disse ao portal Amazônia Real que após a conclusão dos exames divulgará a identidade das pessoas mortas. Ele não confirmou se os três corpos foram localizados dentro da terra indígena Tenharim Marmelos.

De acordo com a polícia, os três corpos foram localizados durante buscas da força tarefa, que conta com o apoio da Força Nacional de Segurança e do Exército, em alguma ponto da rodovia Transamazônica, que corta a reserva em 180 quilômetros entre os municípios de Humaitá e Manicoré, no Amazonas.

CONT.



Um comboio escoltou um veículo do Instituto Médico Legal (IML) da Polícia Civil de Rondônia, que transportou os corpos da região da Transamazônica, próxima a cidade de Humaitá (AM), para Porto Velho (RO), um percurso de 200 quilômetros.

Segundo o IML de Porto Velho, o veículo transportando os corpos chegou ao instituto às 2h da madrugada desta terça-feira (04). Dos familiares dos três homens desaparecidos, segundo o IML, compareceu ao instituto os parentes do comerciante Luciano Ferreira Freire, mas não houve identificação dos cadáveres.

Os desaparecidos Stef Pinheiro, Luciano Freire e Aldeney Salvador foram vistos pela última vez atravessando a terra indígena em um veículo Gol preto.

As famílias deles acusaram os índios tenharim de envolvimento no caso por motivo de vingança pela morte do cacique Ivan Tenharim no dia 03 de dezembro. As lideranças indígenas negam.

Parte do grupo indígena também nega que os desaparecimentos estejam relacionados a morte do cacique Ivan Tenharim. Porém, outros grupos de índios e o ex-coordenador da Funai (Fundação Nacional do Índio), Ivã Bocchini, levantaram a suspeita de assassinato para a morte do cacique.

Na sexta-feira (30), a Polícia Federal prendeu cinco índios tenharim por suposto envolvimento nas mortes dos três homens. Estão presos temporariamente no presídio Pandinha, em Porto Velho (RO), Gilvan e Gilson Tenharim, filhos do cacique da aldeia Campinho Ivan Tenharim, que morreu no dia 03 de dezembro, o cacique da aldeia Taboca, Domiceno Tenharim, o professor municipal Valdinar Tenharim e o agente de saúde federal Simeão Tenharim, ambos da aldeia Marmelos.

Os desaparecimentos dos três homens provocou o maior conflito entre índios e não-índios na história recente da Amazônia. No dia 25 de dezembro as populações das cidades de Apuí, Manicoré e Humaitá, no sul do Amazonas, se revoltaram.

Durante os protestos, cerca de 3.000 manifestantes atearam fogo em carros e barcos da Funai, na sede do órgão, na Casa do Índio da Funasa (Fundação Nacional de Saúde). Cerca de 143 índios foram ameaçados de morte e alojados num quartel do Exército na cidade de Humaitá (a 591 quilômetros de Manaus).

No dia 27 dezembro, mais de 300 pessoas, entre madeireiros e fazendeiros, invadiram aldeias da Terra Indígena Tenharim com a justificativa de buscarem os corpos dos homens desaparecidos.

Em outro ponto da reserva Tenharim-Marmelos, os manifestantes descontentes com a cobrança de pedágios que os índios fazem de motoristas, destruíram com machados, facões e fogo o posto de cobrança das taxas e as casas de alguns tenharim.

A violência em Humaitá provocou também uma onda de discriminação contra os tenharim nas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 21./ 2014

Brasília, 04 de fevereiro de 2014.

idades e nas redes sociais. A pedido do Ministério Público Federal do Amazonas, a Justiça Federal determinou a formação de uma força-tarefa para o sul do Amazonas para resguardar as etnias e a população de distúrbios sociais. Mais de 700 militares estão na região para manter a paz na região.



Advogado de Humaitá anuncia cobrança judicial contra a Força Nacional

SÍTIO NEWS RONDÔNIA, 04.02.2014

Senhor Comandante, o que é mais triste e lamentável é que a briosa FORÇA NACIONAL, sequer deu qualquer atenção à família ultrajada, quer no primeiro momento, com o resultado da LESÃO CORPORAL GRAVE, quer no momento ultimo quando se Registrou o Óbito do cidadão trabalhador, ficando estes com inúmeras despesas para arcar e jogado literalmente à beira da estrada.

Carlos Evaldo Almeida de Souza

O advogado Carlos Evaldo "Terrinha" de Souza, enviou ofício ao Ten. Cel. ALEXANDRE AUGUSTO ARAGON, Comandante da Força Nacional de Segurança Pública, informando que irá cobrar judicialmente os danos materiais causados e morte ocasionada por membros da tropa da Força Nacional em Humaitá. Em nota o advogado relata os motivos pelos quais fará a cobrança. Leia na íntegra as alegações do defensor.

Tenho conhecimento de que a FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, assume o papel de relevância em distúrbio sociais ou em situações excepcionais como estamos a viver em Humaitá-AM, em razão do triplo assassinato perpetrado por um grupo de índios Tenharim, contra 3 cidadãos pais de família, barbárie que maculou o bom nome de nossa pacata cidade.

Entretanto, lamentavelmente, um pequeno grupelho de militares que Integram essa gloriosa Instituição, destoa por completo de seus objetivos fins, qual seja de manter a Segurança indistintamente da sociedade humaitaense porem o que se percebe a olho nu é a força sendo empregada para proteger índios banidos e assassinos, além de praticarem atos reprováveis pelos bons costumes, mormente, no que concerne a moralidade e a civilidade, o que podemos chamar de comportamento não republicano.

Em outro giro, quero aqui lamentar o dramático episodio ocorrido no dia 27 de dezembro próximo passado, quando o Subtenente. MARCOS JOSÉ PEREIRA DA SILVA, RG Nº. *****/BA, CPF Nº *****, brasileiro, solteiro, Subtenente da Policia Militar do Estado da Bahia, 42 anos, (23/12/1971), natural do Rio de Janeiro/RJ, residente e domiciliado na Quadra 07, Caminho 3, casa nº. 54, Bairro Cajazeira 5, na cidade de Salvador/BA

O Militar acima referido arrogante como sempre e ao volante da VTR da Força Nacional tipo caminhonete marca/modelo CHEVROLET/S10, cor preta, placa OTV-0170/Belém-PA, FN L01, prefixo 0498, dirigindo pela BR-230, no sentido Humaitá/AM, à Porto Velho/RO, na estrada da Rua Acar, no Bairro São Cristóvão, colidiu contra o veiculo tipo motocicleta marca/modelo HONDA/BIZ 125 MAIS, cor cinza, ano/modelo 2009, placa OAG-2264, chassi nº. 9C2JC42309R107725, Renavam nº. 23258553-9, resultando em lesões corporais gravíssimas em NELSON BRISSOW e danos em ambos os veículos, vindo a óbito no dia 20/01/2014,

CONT.



próximo passado; que sem qualquer sombra de dúvidas o condutor do veículo da FORÇA NACIONAL, não observou como deveria as regras básicas do Código de Trânsito Brasileiro, principalmente, no que diz respeito à prudência em uma via de alta movimentação como é o caso da BR 230, trecho urbano da cidade de Humaitá/AM.

Senhor Comandante, o que é mais triste e lamentável é que a briosa FORÇA NACIONAL, sequer deu qualquer atenção à família ultrajada, quer no primeiro momento, com o resultado da LESÃO CORPORAL GRAVE, quer no momento último quando se Registrou o Óbito do cidadão trabalhador, ficando estes com inúmeras despesas para arcar e jogado literalmente à beira da estrada.

A organização denominada FORÇA NACIONAL é composta pelos quadros mais destacados das Polícias de cada Estado da União e da Polícia Federal. Os candidatos devem ter entre 25 e 40 anos, e ter no mínimo 5 anos de experiência, o que nos parece é que o Subtenente acima referido não preenche tais requisitos.

Finalmente, o Policial causador do acidente já, se evadiu do distrito da culpa, com o apoio de seus superiores hierárquicos, entretanto, isto não dificultara o meu trabalho no que diz respeito a sua responsabilização penal/criminal, além da Ação Civil que será proposta de imediato na busca da reparação dos Danos necessários, tudo de conformidade com a Legislação que regula a matéria.

fonte: Escritório Jurídico Alvaro Maia



Secretária de Educação se reúne com a Funai e Procuradoria da República

SÍTIO AGÊNCIA ALAGOAS, 04.02.2014

Josicleide Moura busca solução para atender às reivindicações das lideranças Xukuru Kariri

Da Redação

A secretária de Estado da Educação, Josicleide Moura, afirma que vem mantendo um diálogo permanente com as comunidades indígenas para encontrar soluções para as dificuldades em áreas como Gestão de pessoas e Infraestrutura.

A pasta reitera a sua disponibilidade para resolver as questões referentes aos indígenas da tribo Xukuru Kariri.

Após algumas articulações, a secretária conseguiu uma audiência com a Procuradoria da República nesta terça-feira, em Arapiraca. A reunião conta ainda com a presença de representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Procuradoria Geral do Estado (PGE). As lideranças Xukuru Kariri também foram convidadas para esta reunião, mas decidiram não participar do encontro, onde serão discutidas propostas para atender às demandas da tribo.

À tarde, após o retorno da reunião em Arapiraca, a secretária Josicleide Moura vai repassar os encaminhamentos discutidos para solucionar as demandas apresentadas pela tribo.



Justiça estadual pode julgar índio que vive em cidade

SÍTIO NOTÍCIAS PROMAD, 04.02.2014

Um homem da etnia guarani sem vínculo com a aldeia de origem, que vive em uma cidade e foi condenado por estuprar pessoa vulnerável fora de reserva indígena, pode ser julgado pela Justiça estadual. A tese é da 2ª Câmara Criminal de Férias do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que negou habeas corpus apresentado pelo Ministério Público Federal a favor do indígena.

A procuradoria classificou como nula a ação que definiu sua pena, defendendo que somente a Justiça Federal poderia atuar no caso, já que tanto o réu como a vítima são índios. Também alegou que o homem não recebeu assistência da Funai (Fundação Nacional do Índio) durante o processo, o que atentaria contra a legislação, e afirmou que ele tem o direito de cumprir a pena em regime especial de semiliberdade, em uma sede daquela fundação, próxima à sua comunidade.

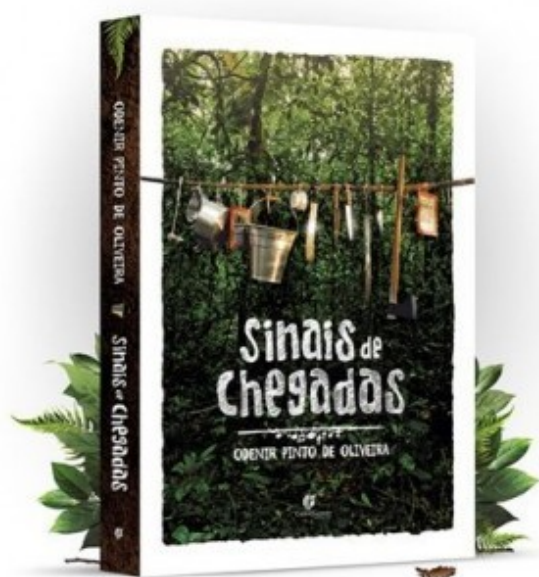
Na avaliação da 2ª Câmara Criminal, contudo, as provas dos autos indicam que o réu está integrado à sociedade, situação em que tanto a assistência da Funai quanto a realização de perícia antropológica se tornam dispensáveis. O relator do HC, desembargador substituto Volnei Celso Tomazini, afirmou que a lei deixa clara a salvaguarda a indígena que não se estabeleceu na sociedade civil de modo integrado

O crime ocorreu em uma chácara onde o pai do réu trabalhava e residia, localizada em um município da Grande Florianópolis. "Não bastasse isso, o paciente possui registro civil, é alfabetizado e cursou o ensino fundamental – ainda que incompleto", escreveu o relator. Ele atuava como servente de pedreiro e chegou a trabalhar em uma prefeitura, afirmou Tomazini.

Com informações da Assessoria de Imprensa do TJSC

Fonte: Consultor Jurídico

Sinais de Chegadas relata traslado de índios de Mato Grosso ao Parque do Xingu
SÍTIO COMUNICAÇÃO IMPARCIAL, 04.02.2014



O livro começa contando a história de personagens que tiveram seu destino convergido à Frente de Atração.
Foto: Divulgação.

Sinais de Chegadas (Carlini & Caniato Editorial, 2013, 352 páginas), de Odenir Pinto de Oliveira, um dos maiores indigenistas do Brasil, traz um romance ambientado em uma Frente de Atração que tinha por objetivo “pacificar” os chamados “índios gigantes” no norte de Mato Grosso e trasladá-los ao Parque do Xingu.

Abordando fatos reais através de personagens fictícios, o narrador-personagem delinea a trama de maneira magistral, sem omitir detalhes chocantes, pormenores cotidianos, anedotas e diálogos introspectivos que fazem com que essa leitura seja fluida e prazerosa.

O livro começa contando a história de personagens que tiveram seu destino convergido à Frente de Atração.

Geraldo, de origem indígena, abandonou sua aldeia devido a uma paixão platônica por uma

professora e, após idas e vindas, acabou como cozinheiro da Frente. O padre Isaías que, devido ao seu contato com crianças de uma reserva indígena onde lecionava, conhecia os horrores que a chamada “civilização” impunha a esses povos.

Silvio PortoBello, chefe da expedição, sabia como ninguém cumprir seu ofício de sertanista, transferindo povos indígenas de seus territórios tradicionais sob o pretexto de salvá-los, para dar lugar ao avanço do desenvolvimento.

Lino, perdeu a família e o emprego pelo vício em drogas, juntou-se ao grupo por intermediação de um sertanista que se casou com sua ex-mulher. S

eu Aquilino, um “Velho Errante”, negro forte que abandonou o convívio com outras pessoas e se embrenhou no mato, acompanhado somente de seus dois cachorros, conhecia como ninguém a linguagem da floresta, tornando-se uma figura mitológica que “assombrava” os trabalhadores que construíam a BR 163. Quanto ao narrador, esse vai se mostrando ao longo da trama através de suas memórias e seus amores.

CONT.



Ano de 1971, norte de Mato Grosso (região de Peixoto de Azevedo), acampamento da Frente de Atração Rio Braço Norte, composta de 23 pessoas, das quais 7 eram funcionárias do órgão indigenista e as outras 16 eram indígenas de várias etnias que faziam o trabalho braçal. CONT.

Objetivo: pacificar o povo indígena que habitava o lugar, "os índios gigantes", chamados Parenty e transportá-los para o parque Indígena do Xingu, liberando assim o território por onde passaria a BR 163, que liga Cuiabá a Santarém.

Não menos importante era o fato de que essas tribos habitavam uma região de depósitos minerais, onde se encontrava grande quantidade de ouro e pedras preciosas ou a localização estratégica para uma base militar, com pista de pouso e buracos enormes no solo para testes de armamento.

Em nome do progresso, o povo Parenty perdeu seu direito de habitar a região e tinha que ser removido o quanto antes. Eles, por sua vez, evitavam o contato com o "homem civilizado", mostravam-se arredios e rejeitavam as quinquilharias, sinais fortes da intenção pacífica, deixadas como presente pelos membros da Frente de Atração.

Tinham suas aldeias constantemente sobrevoadas por aeronaves e, os que se aproximavam demais dos construtores da estrada, morriam rapidamente de algo que eles não conheciam. Sem saída, resolveram "pacificar" esse povo barulhento e foram de encontro ao acampamento da Frente de Atração.

Com a "pacificação", a Frente de Atração se transformou num local turístico, atraindo jornalistas do mundo todo, personalidades e autoridades que queriam ver de perto os famosos Parenty.

Reportagens corriam o Brasil e o mundo, trazendo fama e prestígio para o pretense Estado "salvador". O que as lentes objetivas não capturavam eram as mortes provocadas pelos vírus que eles mesmos traziam, com os quais os indígenas não tinham armas para se defender e aqueles que as possuíam, o Estado, não tinham a intenção de empunhá-las.

As famílias desfeitas pela perda de seus membros, de seus laços de parentesco, de sua cultura, seu modo de vida, de seu "ser". Há inclusive relatos de crianças indígenas levadas para morar no exterior por órgãos missionários sem o consentimento daqueles que ficaram.

Os Parenty resistiam. Sua população destrocada pelas mortes se reunia para formar nova aldeia. Junto com os Parenty, a Frente de Atração também permanecia no local, pois ainda faltava realizar o segundo objetivo: a remoção dos indígenas para o Parque do Xingu. Enquanto isso não acontecia, seus membros se entretiam com suas lembranças, mergulhavam em introspecções, devaneios num outro sentido de tempo que não é o cronológico. É o tempo da floresta.

É fato, com uma população reduzida em 2/3, os fortes e temidos Parenty se entregaram, deixando na terra em que habitavam apenas "sinais" de sua passagem que logo foram

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 21./ 2014

Brasília, 04 de fevereiro de 2014.

suprimidos pelas máquinas que escavavam o solo em busca de minerais.

Foram levados ao Parque do Xingu em aeronaves militares como um troféu à política indigenista de “proteção” aos povos tradicionais, fatos, tão atuais, que marcaram para sempre a vida daqueles que, de alguma maneira, participaram dessas empreitadas, reescrevendo o destino de um povo: o povo indígena do Brasil.

Fonte: Escrito por: Michelle Carlesso Mariano -OlharConceito.



Índios protestam contra Belo Monte e ocupam prédio da Norte Energia

SÍTIO FOLHA DO BICO, 04.02.2014

Índios armados com arco e flechas ocuparam nesta segunda-feira (3) um prédio administrativo da Norte Energia em Altamira, sudeste do Pará. Os manifestantes querem que a empresa, que é responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, em Vitória do Xingu, acelere as obras do Plano Básico Ambiental (PBA), que incluem a construção de escolas, postos de saúde e melhoria nas estradas que dão acesso para as aldeias da região.

O grupo é composto por cerca de 30 índios das etnias Parakanã, Curuanã, Xipaya, Raio de sol e Asuriní. Eles exigem uma reunião com a direção da Norte e dizem que só irão desocupar a área depois que suas reivindicações sejam atendidas.

A Norte Energia disse que só irá se manifestar após se reunir com os índios, mas ainda não existe uma data prevista para este diálogo.



Índios ameaçam capturar reféns em represália a prisão de cinco acusados
SÍTIO JARU ON LINE, 04.02.2014

Uma informação chegada nas primeiras horas da manhã de hoje pode explodir mais uma onda de perigo eminente na rodovia Transamazônica onde a cerca de 50 dias ocorreu o desaparecimento de três pessoas que segundo investigação da polícia federal, foi desencadeado com o assassinato dos mesmos na "Aldeia Taboca" que fica dentro da "Reserva Tenharim" onde residem centenas de famílias indígenas na região.

O momento de tensão vivido nos últimos meses na região teve início após revolta popular no município de Humaitá que fica situado a cerca 670 km de Manaus, no sul do estado do Amazonas. A polícia Federal no início da noite desta quinta-feira (30) anunciou a prisão de 05 índios dentre os quais dois caciques da etnia Tenharim. A polícia federal deve prender mais um índio acusado de ter participado do crime ocorrido no dia 16 de dezembro na aldeia Taboca. Já foram presos, Gilson Tenharim e Gilvan Tenharim, ambos são filhos do cacique "Ivan Tenharim" que morreu no dia 03 de dezembro em Porto Velho depois de ter caído de moto na BR 230 no dia 02 de dezembro um pouco antes da reserva indígena, quando retornava para sua casa. Foram presos também, o cacique Domiceno Tenharim, Simeão Tenharim que atua como agente de saúde indígena no Marmelo e outro índios ainda não identificado, conhecido pela alcunha de pipoca.

Tensão de guerra em aldeias Tenharim

As prisões dos cinco índios e a notícia de que outros ainda poderão ser presos, fizeram aumentar a tensão no meio indígena, que começaram a reagir de forma contrária à ação da polícia federal, colocando em risco o trânsito e a passagem de não índios na reserva. Uma informação preocupante acontecida na tarde de ontem, dão conta de que alguns índios Tenharim se deslocaram até o km 80 da BR 230 para ameaçar de seqüestro qualquer pessoa que pudessem capturar no local. Uma jovem que reside com sua família no local chegou no final da tarde desta sexta-feira em estado de choque, chorando e dizendo que os índios estiveram em sua casa ameaçando seqüestrar as pessoas caso não libertem imediatamente os cinco índios presos.

Uma equipe da Força Nacional e policiais da ROCAM em 06 viaturas e 02 viaturas da Polícia Rodoviária Federal se deslocaram até ao "Restaurante da Sula" no km 80 para averiguar a situação. Informações do pai da jovem, afirma que não foi encontrado nenhum índio por lá, porém, ele acredita que, os índios estão preparando uma retaliação a qualquer momento na região.

Indígenas de várias aldeias das etnias tenharim e jiahui declararam-se em estado de guerra como forma de protesto. As lideranças alegam que não há provas contra os índios presos. O
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 21./ 2014

Brasília, 04 de fevereiro de 2014.

índio Luiz Sérgio Jiahui disse por telefone que seu povo está há mais de um mês completamente isolado. "Não tivemos nada com o desaparecimento, mas estamos pagando como se nosso povo fosse culpado. O governo federal precisa ver o que está acontecendo aqui".

Em nota, a Polícia Federal informou que as prisões provisórias foram pedidas com base em fortes indícios de que os acusados praticaram os crimes. Após mais de um mês de investigação, foram ouvidas várias testemunhas e feita a perícia em peças de um carro encontradas na reserva. Segundo a PF, as investigações vão continuar, assim como a busca pelos corpos das vítimas.



Índios bloqueiam BR-174 por mais de 8h
SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 04.02.2014

AMILCAR JÚNIOR
Editoria de Cidade

Índios da comunidade Boca da Mata, no Município de Pacaraima, a 220 quilômetros da Capital, Norte do Estado, interditaram, por mais de oito horas, ontem pela manhã, um trecho da BR-174. O protesto foi motivado devido à morte de Moisés Sales de Almeida, 22 anos. O jovem, filho do tuxaua daquela comunidade, foi atropelado na noite de domingo. O motorista do caminhão fugiu sem prestar socorro.

Ontem pela manhã, a Polícia Rodoviária Federal enviou duas viaturas que já estavam de partida para o local da manifestação. O bloqueio foi feito a 23 quilômetros de Pacaraima e, até as 8h30, a rodovia já estava com mais de três quilômetros de congestionamento.

Conforme a PRF, o primeiro passo foi tentar a negociação para que o desbloqueio ocorresse de forma pacífica. A orientação aos indígenas era que liberassem a via, uma vez que é crime impedir o trânsito e o direito de ir e vir do cidadão brasileiro.

Os índios queimaram pedaços de paus e os atravessaram em chamas na rodovia. Também usaram parte de lataria de carros para fazer a interdição. O clima ficou tenso. Motoristas e indígenas chegaram a discutir, mas não passou disso. O congestionamento chegou a mais de cinco quilômetros até o início da tarde.

Policiais militares do destacamento de Pacaraima também foram ao local do bloqueio para garantir a segurança. Segundo a PM, os indígenas já haviam avisado que só iriam desbloquear a rodovia quando o corpo do índio atropelado chegasse para o sepultamento. Mas após oito horas de bloqueio e muita conversa com policiais, os índios liberaram a rodovia.

A Polícia Militar de Pacaraima e a Polícia Federal também estiveram no local. Não foi constatado nenhum incidente mais grave. O corpo do índio permanecia no IML até o meio da tarde. (AJ)



Depoimentos de índios presos levaram PF à localização dos corpos.

SÍTIO CORREIO DO POVO/AL, 04.02.2014

Secretário de Segurança de RO confirmou informação nesta segunda.

A Polícia Federal (PF) encontrou, nesta segunda-feira (3), os corpos de três homens na região de Humaitá, Sul do Amazonas. Segundo o secretário de Segurança Pública de Rondônia, Marcelo Bessa, há fortes indícios de que sejam das vítimas Luciano Freire, Aldeney Salvador e Stef Pinheiro, que desapareceram na BR-230 (Transamazônica), próximo à reserva indígena Tenharim, no dia 16 de dezembro de 2013.

Ao G1, Bessa afirmou que depoimentos dos cinco indígenas presos no dia 30 de janeiro em Humaitá levaram a PF à localização dos cadáveres. Não há informações se os corpos já passaram por algum exame que identificará precisamente as vítimas e o que causou as mortes. Os corpos estão sendo trazidos para Porto Velho onde passarão por perícia.

Familiares de Luciano Ferreira, um dos três homens desaparecidos no Sul do AM aguardam em frente ao Instituto Médico Legal (IML), na capital, por mais notícias. Luzineide Ferreira, irmã de Luciano, disse que a família recebeu informações de parentes que vivem em Humaitá, de que uma viatura do IML estaria na região desde a tarde de domingo (2).

“Soubemos que os corpos estão em avançado estado de decomposição, mas se já vai completar dois meses do desaparecimento, já era pra estar só ossos. Eu acredito que os índios não os mataram logo, devem ter torturado durante alguns dias para só depois ter tempo matar. Isso me revolta muito, meu irmão era um homem de bem, pai de família. Esses índios precisam pagar por isso”, disse emocionada a irmã de Luciano.

Prisões

Os cinco indígenas da etnia Tenharim foram presos na quinta-feira (30), durante uma operação que teve participação de 400 homens da PF, Exército, Força Nacional e Polícia Rodoviária Federal (PRF). Eles foram encaminhados à Penitenciária de Médio Porte (Pandinha) em Porto Velho e dividem uma cela.

As investigações percorreram aproximadamente 250 hectares e peças do veículo usado pelos desaparecidos foram encontradas dentro da terra indígena. Além disso, foram usados cães farejadores, testemunhas indígenas e não-indígenas foram ouvidas e perícias técnicas foram realizadas nas peças encontradas.

Conflito na região

O desaparecimento dos três homens gerou revolta na população dos municípios de Humaitá, Apuí e no distrito de Santo Antônio do Matupi.

CONT.



Moradores dos municípios de Apuí e Humaitá promoveram diversos protestos no dia 25 de dezembro do ano passado para cobrar agilidade da PF-RO nas buscas pelos desaparecidos. Os manifestantes chegaram a atear fogo em carros, barcos e nas sedes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e antigas instalações da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em Humaitá. No dia seguinte, policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Amazonas seguiram para o município.

Após os ataques, 143 indígenas foram abrigados no 54º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), em Humaitá. A Justiça atendeu ação do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) e os índios retornaram às aldeias seis dias depois com a escolta do Exército.

Apesar do reforço policial, o Sul do estado continuou registrando conflitos. Um grupo de madeireiros e fazendeiros ateou fogo em casas localizadas em uma aldeia indígena situada na área do município de Manicoré.

A região recebeu mais reforço da Polícia Federal e homens da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) auxiliaram nas ações de segurança pública desencadeadas no Amazonas no mesmo período. O Exército e Polícia Rodoviária Federal (PRF) também apoiam as ações na região. Cerca de 500 homens atuam nas operações.

No dia 3 de janeiro, equipes dos órgãos de segurança que participam das buscas pelos homens encontraram vestígios de um veículo incendiado, segundo nota divulgada pela Polícia Federal em Rondônia. Nenhum dos desaparecidos foi encontrado. As peças encontradas ainda passam por análise para confirmar se são do mesmo veículo dos desaparecidos.

Os moradores reclamam ainda da cobrança de pedágio feita pelos índios em um trecho da Transamazônica. Os Tenharim suspenderam a cobrança. Entretanto, a divulgação de que eles estão planejando retornar com a taxa a partir de fevereiro motivou novos protestos. Moradores de Humaitá iniciaram a coleta de assinaturas para pedir que a prática seja totalmente abolida.

Após uma negociação entre os indígenas e representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, ficou definido que a cobrança de pedágio continuará suspensa até que as políticas públicas solicitadas ao governo federal sejam analisadas.

Fonte: G1



TJ-MT nega desclassificação de homicídio para índio que espancou esposa até a morte
SÍTIO O REPÓRTER DO ARAGUAIA, 04.02.2014

A Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT) seguiu o voto do relator, o desembargador Juvenal Pereira da Silva, e negou provimento ao recurso interposto pela defesa do índio Marciano Aiewara Cêreu, acusado de ter matado por espancamento a esposa Luciana Kiga, no município de General Carneiro (456 km de Cuiabá). O recurso pedia a desclassificação de homicídio qualificado, para simples.

Segundo os autos, a jovem foi espancada até a morte com socos, chutes e pontapés. O crime aconteceu na madrugada do dia 1º de junho de 2010, na Aldeia Garça, na Terra Indígena Meruni, localizada naquela município.

A assessoria de imprensa do TJ-MT informou que a defesa ingressou com o recurso pedindo a exclusão da qualificadora do emprego de meio cruel, argumentando que o homicídio teria sido "rápido e que o fato da vítima ter sido agredida com inúmeros golpes de socos e pontapés, por si só, não caracteriza a qualificadora em questão".

Índio xavante tem prisão decretada por dirigir embriagado

O desembargador Juvenal Pereira destacou que durante a instrução processual ficou comprovado que a morte da vítima não ocorreu tão rápido como alega a defesa. "A testemunha Fleury Ekureu asseverou que após retirar o recorrente do local do crime, viu o corpo da vítima, imóvel, caído no chão, mas destacou que Luciana ainda respirava".

Na decisão, o relator ressaltou ainda que para a viabilidade da exclusão da qualificadora, a tese acusatória deve ser imprestável, não encontrando respaldo algum nas provas dos autos, "o que não se amolda ao caso em tela. Pelo exposto, em consonância com o parecer ministerial, nego provimento ao recurso".

Os desembargadores seguiram o voto do relator por entender que é correta a posição adotada pelo juiz da origem, quando da prolação de sua decisão, "uma vez que, para emissão de tal juízo, bastam indícios razoáveis da culpabilidade do réu, não se exigindo prova plena e absoluta, dado que esse tipo de decisão, como de geral conhecimento, não tem caráter definitivo, encerrando apenas um juízo de admissibilidade da acusação".

Da Redação - Katiana Pereira

Índios mantêm ocupação e impedem entrada de funcionários da SEE

SÍTIO GAZETA WEB, 04.02.2014

Integrantes da tribo Xukuru-Kariri estão em Maceió desde ontem e pedem melhorias em escolas de Palmeira dos Índios



Índigenas ocuparam secretaria da Educação nessa segunda-feira
(Foto: Arquivo)

Os índios da tribo Xukuru-Kariri continuam ocupando a sede da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEE), na manhã desta terça-feira (4), impedindo o acesso dos funcionários ao órgão, que funciona temporariamente no Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (Cepa), no bairro do Farol, em Maceió. Por conta disso, os trabalhos na secretaria estão temporariamente suspensos.

Os 110 índios que fazem parte de oito aldeias situadas no município de Palmeira dos Índios reivindicam melhorias nas condições das escolas, que ainda não iniciaram o ano letivo em virtude da falta de estrutura nas unidades.

A previsão é a de que mais indígenas de outras tribos cheguem à capital alagoana nesta terça. Caso não haja negociação com a SEE, eles prometem bloquear o trânsito na Avenida Fernandes Lima – uma das mais movimentadas da cidade.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal em Alagoas (Sintsep-AL), Jorgelson Veras, o grupo de indígenas pede uma reunião entre representantes do governo do Estado e do Ministério Público, para que possa ser firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o objetivo de resolver o problema da educação nas tribos.

“O governo diz que não pode realizar as obras porque o Ministério Público não permite que isso seja feito sem licitação. A Secretaria de Educação derrubou algumas partes das escolas para fazer uma reforma, mas não deu continuidade aos trabalhos e os índios tiveram que construir um galpão de taipa, onde as aulas estão sendo realizadas. Não são dadas condições para que os índios possam estudar”, conta Jorgelson.

Segundo ele, até o final do dia, mais índios vindos de municípios como Pariconha, Porto Real do Colégio e São Sebastião devem chegar à capital alagoana para ocupar a sede da SEE.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 21./ 2014

Brasília, 04 de fevereiro de 2014.

O outro lado

De acordo com a assessoria de Comunicação da SEE, os funcionários do órgão não conseguiram ter acesso ao local de trabalho nesta terça-feira. A secretária Laudirege Fernandes está em Arapiraca para discutir o assunto com o Ministério Público Federal (MPF) e avaliar que tipo de intervenção pode ser feita. À tarde, o resultado do encontro deve ser repassado aos indígenas.



Compra de derivados de castanha pela CONAB beneficia 120 famílias das etnias Kayabi, Apiaká e Munduruku
SÍTIO CEDEFES, 04.02.2014

Indígenas colhem frutos do próprio trabalho. Associações Indígenas recebem alimentos feitos a base de castanha através do Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB. Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia (AMCA) possibilitou a entrega de produtos beneficiados para comunidades que vivem da extração de castanha

Para chegar a aldeia Apiaká, nas Terras Indígenas da região de Juara -MT, nessa época do ano, só mesmo de barco. Mas isso não foi motivo de desânimo para a equipe da Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia (AMCA). Com muita disposição o grupo atravessou as águas do Rio dos Peixes para distribuir os alimentos feitos a base de castanha em nove reservas da região.

A entrega encerra o ciclo de produção que começou com a compra das amêndoas in natura dos mesmos indígenas que agora recebem os produtos beneficiados pelas Mulheres do Cantinho da Amazônia. O projeto Cultivação, patrocinado pela Petrobras, através do Programa Desenvolvimento e Cidadania, está ampliando e fortalecendo o trabalho realizado pela AMCA em parceria com o Projeto Poço de Carbono Juruena, patrocinado pela Petrobras, através do Programa Petrobras Ambiental. Juntos os dois projetos tem mudado a realidade da região e mostrado para agricultores e indígenas o valor da cadeia produtiva da castanha.

A entrega dos alimentos foi possível através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, compra biscoitos, macarrão e amêndoas de castanha do Brasil da AMCA e doa para 150 instituições. O projeto atende mais de 38 mil pessoas em situação de risco de insegurança alimentar e nutricional. Essa é a primeira de 5 entregas para as etnias Kayabi, Apiaká e Munduruku.

O apoio da Funai para percorrer os labirintos burocráticos foi muito importante. As aldeias precisavam dos Documentos de Aptidão ao Pronaf – DAP, mas muitas etnias não tinham sequer suas associações formalizadas. Foram anos de espera até a completa regularização cadastral das aldeias. Em um sábado incomumente ensolarado do chuvoso mês de janeiro, o caminhão do projeto cruzou a estrada de Juara rumo à aldeia dos Kayabis para iniciar a distribuição dos produtos. De lá partiu para a Aldeia Apiaká de barco.

A compra dos derivados de castanha pela CONAB beneficiou 120 famílias das etnias Kayabi, Apiaká e Munduruku. Foram distribuídos 824 quilos de alimentos entre as comunidades. Enquanto as caixas eram separadas na oca central dos Kayabis, Edilson Krixí Morrimá, da etnia Apiaká, acompanhava a entrega na aldeia dos amigos: “A gente vendia e não tinha retorno. Agora, os alimentos voltam beneficiados, isso é uma grande vantagem. O pessoal da minha aldeia está aguardando, eles vão ficar felizes em ver o retorno do trabalho deles”, disse.

CONT.

No evento, os técnicos do Projeto tiveram a oportunidade de falar sobre o trabalho e propor parcerias de continuidade. A Coopavam e a AMCA, ao comprar a castanha dos indígenas a um preço justo, afastou os atravessadores que pagavam quantias injustas se comparadas ao árduo trabalho de coleta. "Os indígenas devem ficar nas comunidades. Na cidade grande, eles acabam marginalizados. Uma forma de mantê-los aqui é dar condições", comenta a Irmã Maria de Lourdes Araújo, que vive na aldeia dos Kayabis. A doação é um avanço no reconhecimento desse trabalho, pois muitas vezes os indígenas não tem a oportunidade de consumir a castanha com o mínimo de beneficiamento, vendem toda sua produção sem ficar com nada.

Sobre o CultivAção

O objetivo do projeto CultivAção, executado pela Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia e patrocinado pela Petrobras através do Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania, desenvolvido na região Noroeste de Mato Grosso, é gerar renda e inclusão social, de gênero e digital para moradores de quatro assentamentos da região.



Edilson Krix Morrimá, da etnia Apiaká

Fonte: Informe do Projeto CultivAção, publicado pelo EcoDebate



Boletim de Notícias - Edição nº 21./ 2014

Brasília, 04 de fevereiro de 2014.

PF localiza 3 corpos que podem ser de desaparecidos em reserva no AM

SÍTIO A FOLHA DE SÃO PAULO, 04.02.2014

MARTHA ALVES
DE SÃO PAULO
JAIRO BARBOSA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM PORTO VELHO

A Polícia Federal encontrou na segunda-feira (3) os corpos que suspeita ser dos três homens desaparecidos desde o dia 16 de dezembro do ano passado, no trecho da Transamazônica que corta a reserva indígena dos Tenharim, na região de Humaitá (AM).

O funcionário da Eletrobras Aldeney Salvador, o representante comercial Luciano Ferreira e o professor Stef de Souza viajavam juntos pela rodovia Transamazônica.

Desde a manhã de ontem, os policiais estavam na rodovia em busca do local onde os corpos estavam enterrados, segundo os depoimentos tomados durante a investigação que apura os crimes de sequestro, assassinato e ocultação dos corpos das três vítimas. No início do mês, os policiais localizaram peças de carro queimadas dentro da terra indígena.

Os corpos foram levados ao IML (Instituto Médico Legal) de Porto Velho (RO) para a realização de exames específicos para o reconhecimento.

Após o laudo do IML, será possível afirmar se os corpos encontrados são das vítimas desaparecidas.

PRISÕES

Cinco índios da etnia tenharim foram presos na quinta-feira (30) na região de Humaitá (AM) por suposto envolvimento no assassinato dos três homens. Eles foram presos foram levados a Porto Velho, a 200 km de Humaitá.

Entre os cinco presos estão o cacique Domiceno Tenharim, da aldeia Taboca, onde as buscas pelos corpos se concentraram, e dois filhos do cacique Ivan Tenharim, morto no início de dezembro após cair da moto -foi aberto um inquérito sobre o caso, ainda não concluído.

As prisões ocorreram na Terra Indígena Tenharim, em trecho da Transamazônica cerca de 130 km de Humaitá. Para a captura, a Polícia Federal comandou uma megaoperação com homens da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Exército e da Força Nacional.

RETALIAÇÃO

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 21./ 2014

Brasília, 04 de fevereiro de 2014.

O desaparecimento dos três homens desencadeou violentos protestos em Humaitá no fim de dezembro. Moradores atearam fogo à sede local da Funai e destruíram veículos e barcos que transportavam índios.

Na época das revoltas contra os indígenas da região, a população não indígena chegou a acreditar que os desaparecimentos teriam sido provocados por índios tenharim em retaliação à morte do cacique Ivan Tenharim, 55.

A versão da polícia, segundo a qual o índio morreu em um acidente de carro, foi questionada em post um no blog da Funai. Moradores acreditam que o texto teria incitado os índios. Depois do episódio, a Funai exonerou o coordenador regional que publicou o post, apontando-o como incentivador da tensão.

A família do cacique não partilhava da suspeita de que a morte foi mais do que um acidente. "Em nenhum momento a gente falou que o meu pai foi assassinado. A gente não protestou nem chegou a acusar ninguém", disse Gilvan, 24, filho de Ivan. Ele explicou que a família não autorizou a autópsia completa por questões culturais.

MPF-AM recomenda que Unir receba alunos indígenas de Humaitá
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.02.2014

Devido aos conflitos no município, universitários indígenas pediram para frequentar as aulas na Universidade Federal de Rondônia



Julio Araujo trocou cargo de juiz federal pela função do Ministério Público Federal
(Luiz Vasconcelos)

Para continuar seus cursos de graduação, universitários indígenas de Humaitá (AM) solicitaram à Universidade Federal de Rondônia (Unir) que possam frequentar as aulas na instituição. O pedido é em razão dos conflitos na região de Humaitá que começaram no final do ano passado. Por conta disto, as unidades do Ministério Público Federal (MPF) em Rondônia e no Amazonas expediram recomendação para a Unir elaborar um plano de assistência estudantil e, se necessário, receber os alunos. A Universidade tem dez dias para informar se acatará ou não as medidas recomendadas.

No dia dez de janeiro de 2014, universitários indígenas enviaram requerimento à reitoria da Unir e aos coordenadores de curso solicitando vagas. No documento constam as dificuldades vividas pelos alunos por causa dos conflitos regionais. Eles informaram também que não possuem condições de viver em casa alugada na região de Humaitá, o que dificulta a continuidade do curso.

Na recomendação, o MPF orienta que a Unir, em colaboração com as instituições de origem dos estudantes, elabore plano para recebê-los, ainda que de forma temporária, garantindo plano específico emergencial de assistência estudantil.

A Universidade deverá oferecer também suporte técnico logístico que tiver disponível para ajudar em questões de saúde, alimentação, locomoção, entre outras, em articulação com os órgãos competentes como Funai, Distrito Sanitário Especial Indígena, Universidades de Humaitá etc. A recomendação foi assinada pelos procuradores da República Raphael Bevilaqua e Julio José Araujo Junior.

“O MPF em Rondônia está acompanhando e dando suporte logístico à atuação do MPF no Amazonas na defesa dos povos indígenas da região de Humaitá, cobrando das autoridades baseadas em Porto Velho agilidade na solução do conflito etno-social. Há relatos de que há

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 21./ 2014

Brasília, 04 de fevereiro de 2014.

forte cunho hostil e etnofóbico em algumas manifestações no sentido de não aceitarem indígenas estudando em 'suas escolas'. A recomendação do MPF é para garantir o acesso dos indígenas à Universidade", disse o procurador Raphael Bevilaqua.

Assessoria de Comunicação
Ministério Público Federal em Rondônia
(69) 3216-0511 / 8431-9761
www.prro.mpf.gov.br

Sede da CPT regional no Amazonas é invadida

SÍTIO CPT, 04.02.2014



Após inúmeras invasões na CPT regional do Acre, em Rio Branco, ontem a sede da Comissão Pastoral da Terra na cidade de Boca do Acre, no Estado do Amazonas, foi encontrada toda revirada pelos agentes. Apesar de estar no Amazonas, essa equipe compõe o regional Acre. Com isso, entende-se que essa foi mais uma forma de tentar intimidar a CPT.

No local, uma janela foi arrombada e, por meio dela, os invasores entraram na casa e rasgaram vários documentos, pisaram em materiais, além de deixarem o imóvel todo bagunçado.

Impressora, computadores, máquina fotográfica e outros materiais estavam no local, mas nada foi levado pelos criminosos. Novamente, é clara a tentativa de intimidação e ameaça aos agentes da CPT por conta do trabalho que vem sendo desenvolvido.

Estão sendo solicitadas providências legais. Além disso, a equipe da CPT continua o seu trabalho.

SAIBA MAIS: Sede da CPT no Acre é invadida pela sétima vez